

Ensino Religioso em oitenta e quatro anos de publicação em periódicos (1931-2015)

Religious Education in eighty-four years of publication in periodicals (1931-2015)

*Sérgio Rogério Azevedo Junqueira**

Resumo

A identidade do Ensino Religioso tem sido construída ao longo dos séculos XX e XXI e pode ser historicamente demonstrada a partir, por exemplo, dos artigos científicos produzidos para sistematizar as reflexões, as pesquisas e os diversos estudos referentes aos aspectos legais, metodológicos, às propostas de conteúdo, à formação de professores e às questões relacionadas ao ensino-aprendizagem desse componente curricular. Este artigo deriva de uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando metodologia histórico-analítica apoiada em documentos impressos, visando compreender a identidade desse componente curricular. O texto analisa o período entre 1931, que registra o primeiro artigo – até o momento – localizado sobre o Ensino Religioso, e o ano de 2015, quando foi divulgada a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular. Visando compreender tal percurso, os artigos foram analisados a partir dos seguintes critérios: distribuição cronológica; áreas dos periódicos; autores e conteúdo dos artigos. Com certeza, este texto permitirá uma compreensão do desenvolvimento das pesquisas sobre o Ensino Religioso no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Ensino Religioso. Produção Científica. Artigos Científicos. História do Ensino Religioso.

Abstract

The identity of religious education has been built throughout the 20th and 21st centuries and can be historically demonstrated from scientific articles produced to systematize reflections, research and various studies regarding the legal and methodological aspects, the proposals of content, teacher training and issues related to the teaching-learning process of this curricular component. This article derives from a qualitative study using historical-analytical methodology supported by printed documents in order to understand the identity of this curricular component. The text analyzes the period between 1931 – to record the first article observed until now on Religious Education – and the year of 2015 – when the first version of the Common National Base Curriculum was announced. To understand this path, the articles were analyzed from the following criteria: chronological distribution; areas of periodicals; authors and content of the articles. Surely this text will allow an understanding of the development of research on Religious Education in the Brazilian context.

Keywords: Religious Education. Scientific production. Scientific articles. Religious Education History.

* Livre Docente e Pós-Doutor em Ciência da Religião (PUCSP). Pós-Doutor em Geografia da Religião (UFPR). Doutor e Mestre em Ciência da Educação (Universidade Pontifícia Salesiana de Roma). Licenciado em Pedagogia (Universidade de Uberaba). Diretor do Instituto de Pesquisa e Formação Educação e Religião (IPFER) – Curitiba. E-mail: srjunq@gmail.com

Introdução

A fim de compreender a discussão sobre o Ensino Religioso, o presente texto propõe apresentar resultados de uma pesquisa histórico-analítica, a partir de estudos publicados em artigos de periódicos científicos sobre esse componente curricular, enquanto objeto de diferentes campos do conhecimento como Educação, Teologia, Ciência da Religião, Filosofia, Direito, Sociologia, Antropologia, Psicologia e outros que atuem tangencial ou diretamente sobre o tema.

O olhar criterioso para os artigos científicos do Ensino Religioso pode revelar a construção das tendências presentes nessa disciplina, além de sua configuração enquanto componente curricular. Estabelecer-se enquanto espaço de conhecimento confirma a importância da presente reflexão, ou melhor, quanto fundamental é analisar a produção no referido campo.

1. Organização da pesquisa

Para este estudo, foi definido o período de 1931 a 2015, visando compreender como a produção científica realizada ao longo de 84 anos foi desenvolvida a partir de características próprias durante a história do Ensino Religioso. Como componente curricular, pode-se estabelecer que a origem dessa disciplina como aula de religião configura na primeira lei de educação brasileira em 1827 (Império do Brasil, 1827), que cria as escolas primárias. Em seu Art. 6.º, a lei previa o ensino da moral cristã e dos princípios da doutrina religiosa, tal como proposto pela religião oficial do Estado e garantida pela Constituição do Império. E evoluiu até a proposição de uma disciplina em que é vedada toda e qualquer forma de proselitismo, conforme a Lei nº 9.475 (Brasil, 1997). Dessa forma, o Brasil pôde identificar uma significativa mudança no ensino religioso (Junqueira, 2002, p. 45-47).

Foram estabelecidas quatro fases de compreensão do Ensino Religioso, com base nos seguintes marcos históricos:

1ª fase: 1931 a 1971 – Na Constituição de 1934, vê-se a inserção do termo Ensino Religioso, posteriormente confirmado na Constituição de 1937 (Art. 153 – “O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais e responsáveis,

e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais”). E, na Constituição de 1981, no § 6º, lê-se: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Em relação à produção científica, na década de 1940 foram registrados os primeiros artigos do Ensino Religioso.

2ª fase: 1972 a 1996 – Nessa fase, foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal 4024 de 1961) que aponta:

Art. 97. O ensino religioso constitui disciplina dos horários normais das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável.

§ 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos.

§ 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

A segunda Lei de Diretrizes e Bases (Lei Federal nº 5.692 de 1971) manteve o disposto sobre o Ensino Religioso e designou no Art. 7º: “[...] Parágrafo único. O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus”. Em relação à produção científica, considerando que o primeiro artigo localizado foi publicado em 1978, optou-se por iniciar o processo de estudo no ano de 1975, finalizando-o em 1996 com a homologação da primeira versão do Art. 33 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional 9.394 de 1996.

3ª fase: 1997 a 2010 – A homologação da revisão do artigo 33 (9.475/97) até a 1ª Conferência Nacional de Educação (CONAE).

4ª fase: 2011 a 2015 – Esta última etapa do estudo reúne o maior número de publicações sobre o Ensino Religioso no país, período de efervescência na produção a respeito até a publicação da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

2. Contexto histórico-educacional do período pesquisado

Na primeira etapa, de 1931 a 1971, foram localizados três artigos. Esse período é marcado pelo pós-guerra e pela Guerra Fria, em que a disputa internacional, a industrialização e a urbanização interferiram no contexto

nacional. Porém, no período seguinte, de 1971 a 1995, foram localizados 29 artigos publicados em periódicos científicos, que, por serem publicações produzidas em intervalos regulares, são considerados produtos da ciência, com maior aceitação como registro da produção científica. Nessa fase, ocorreram significativas mudanças na política do Brasil, com destaque para os anos de 1970, caracterizados pela ditadura militar, e o final dos anos oitenta, pela redemocratização, com a homologação de uma nova constituição em 1988.

Como visto, nessa fase são promulgadas duas Leis de Diretrizes e Base da Educação Nacional, Lei N. 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. O Ensino Religioso é explicitamente mencionado como parte do currículo, que se caracterizava por integrar os princípios humanísticos da LDB/61 (fins da educação, direito à educação, liberdade de ensino), modificando substancialmente a doutrina sobre a instrução primária e média, que fora fixada em 1961, introduzindo inovações e tornando originais as configurações da disciplina (Brejon, 1986, p. 137-138).

Para a compreensão do Ensino Religioso e da formação docente, vale destacar que estava instaurado o tecnicismo educacional, baseado nas teorias da abordagem sistêmica de ensino e aquelas chamadas behavioristas da aprendizagem. Ainda que os objetivos dessa legislação tivessem, a princípio, características humanistas e modernas, de base liberal, na realidade se concretizaram como tecnicistas (Ribeiro, 2010, p. 170-171), com a escola como responsável por organizar o processo de aquisição das habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários que os indivíduos fossem integrados no sistema social.

Tal contextualização é necessária para a devida compreensão da produção científica sobre o Ensino Religioso, pois foi aumentada a quantidade de disciplinas obrigatórias em todo o território nacional, excetuando-se o Ensino Religioso, que se manteve facultativo para os alunos. Com o núcleo comum obrigatório ampliado, foi limitada a liberdade dos sistemas para a inclusão de disciplinas mais reflexivas, como a filosofia e a sociologia (Romanelli, 1978, p. 242).

Outro fato de destaque é a nova Constituição Brasileira (1988), chamada de Constituição cidadã, por conta da compreensão a respeito da cidadania, assumida no texto constitucional, foi resultado da ação de movimentos de

mobilização social, que interferiram na formatação da Carta Magna, estabelecendo a possibilidade de a população influenciar as relações parlamentares.

Exemplo disso foi a expressiva contribuição cidadã para a construção da identidade do Ensino Religioso durante a Constituinte brasileira (1986-1988), que culminou na revisão do Artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional quase uma década mais tarde (9.475/97). Nesse período, testemunharam-se esforços de caráter político para a escolarização do Ensino Religioso, permanecendo em segundo plano os aspectos psicopedagógicos.

O Pe. W. Gruen, ao redigir “O Ensino Religioso na Escola Pública (1974)”, indicava a urgência dessa exigência, citando o texto “*Il Catechismo dei Bambini* (1973)”, da Conferência dos Bispos da Itália. Afirmava a necessidade de se considerar o pluralismo de orientações e concepções religiosas e morais das famílias e ambientes das crianças. Assim, seria possível fomentar sentimentos de respeito. A publicação ainda indicava ser necessário que a educação religiosa evidenciasse aspectos universais da religiosidade e, concomitantemente, aqueles específicos de várias tradições religiosas. As reflexões e embates a respeito da disciplina abriram novos caminhos para a mesma no currículo escolar. Indo além de tema transversal, estava posta a importância da sistematização a respeito da formação religiosa.

Quando nos meandros históricos do Ensino Religioso, há, em 1995, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, uma retomada ao tema, em que, entre 1995 e 1996, sucessivas idas e vindas, com discussões, substituições e supressões, até o formato homologado como a Lei n. 9.394/96 (20 dezembro 1996). Esta Lei carregava forte característica mais liberal, ou seja, menos mandatária e mais tutelar do processo educacional, a fim de favorecer a diversidade nacional e a pluralidade cultural brasileira, com princípios e fins mais amplos para a educação nacional.

O período de 1996 até 2005 é a década para a implantação e a implementação de uma concepção de educação. Esse será um contexto significativo para o desenvolvimento das pesquisas e produções sobre o ensino religioso, no qual foram registrados quarenta e seis artigos em periódicos científicos. As pesquisas sobre o Ensino Religioso que dialogam com os eixos da Lei n° 9.394/96 podem ser compreendidas a partir de alguns elementos, como:

conceito abrangente de educação, com vinculação ao mundo do trabalho e as diferentes práticas sociais; os padrões mínimos de qualidade do ensino; pluralidade de formas de acesso aos diversos níveis de ensino; avaliação da qualidade do ensino pelo Poder Público; definição das responsabilidades da União, dos Estados, dos Municípios do ensino; mapa conceitual preciso da educação escolar e de educação básica; requisito de relação adequada entre o número de alunos e o Professor, assim como a carga horária e as condições materiais da escola; construção da identidade do ensino médio; resgate da natureza e finalidade da educação profissional; precisão conceitual para os elementos de despesas no âmbito da manutenção e do desenvolvimento do ensino; fortalecimento das fontes e dos canais de financiamento da educação; para tal, a fixação dos prazos de repasses de recursos para Estados e Municípios; reconfiguração de toda a base curricular (Carneiro, 1998, p. 12-13).

Outro aspecto a ser considerado nesse período foi o reacender os embates sobre o Ensino Religioso, como em períodos anteriores, exigindo um poder de argumentação bem maior que nas décadas anteriores da República, pois demandavam a possibilidade de um novo tempo, sem manipulação, sobretudo, das novas gerações. As manifestações contrárias à inclusão do Ensino Religioso como disciplina no currículo se originaram de associações de educação como ANDE (Associação Nacional de Educação) e ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa). Estas e outras instituições insistiam no Ensino Laico, afirmando que o ensino democrático é o estatal, não subordinado ao “mundanismo” de cartas burocráticas, nem sujeito as oscilações dos administradores do momento. Para estas entidades e para esses profissionais, o ensino público só poderia ser laico, sendo um importante valor republicano a ser recuperado. Entendiam que a presença do Ensino Religioso era considerada como a manutenção da Igreja junto ao Estado, e, sobretudo, como uma reedição do “Padroado” nos tempos modernos.

Por sua vez, argumentos a favor da manutenção da disciplina focavam a importância do trabalho sobre os valores, porém isso também contribuía por apoiar uma orientação de formação ligada ao campo pastoral e não pedagógico. Outros fatores que pesaram a favor do Ensino Religioso foram a diversidade religiosa no Brasil e a presença de suas práticas religiosas em diferentes ambientes sociais, expressão de forte aspecto cultural do Brasil.

Entretanto, o financiamento da disciplina foi uma questão polêmica, no texto original do artigo 33 da LDB promulgada em 1996. Versava a Lei que a disciplina seria ministrada sem ônus para o Estado. Logo após a sua assinatura, foi iniciado um processo de revisão da redação desse artigo a fim de valorizar o respeito à pluralidade religiosa. Além disso, esse texto, ainda suscitava questões com relação ao princípio básico da separação entre Estado e Igreja. Com base nisso, o Ensino Religioso deve ser tratado, na escola pública, menos como “ensino da religião” e mais como espaço para formação de conceitos que auxiliem ao estudante a compreender a importância ou não de abraçar uma religião. Também como forma de encontrar respostas para indagações que formam parte indissociável do “vir a ser” de qualquer indivíduo, que se defronta e cada vez mais se defrontará com perplexidades presentes no cotidiano de sua vida (Souza, 1997, p. 62-63). Embora a intenção do governo fosse dar uma nova concepção à disciplina ao acenar não para o ensino doutrinário, e sim para o fenômeno religioso voltado à formação da pessoa humana e disseminadora dos valores éticos, na realidade, criaram-se outros dificultadores (Motta, 1997, p. 330-332). Coube ao Deputado P. Roque Zimmermann (Partido dos Trabalhadores do Paraná), membro da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, assumir a relatoria desse processo. A proposta apresentada pelo Deputado foi uma colaboração do Fórum Nacional de Ensino Religioso, resultado de diversos estudos e retorno a projetos anteriores, sobretudo, aproveitando o viés conceitual de uma perspectiva a partir da pluralidade cultural do país (Caron, 1998, p. 26-27).

Em 1997, foi aprovada a revisão do artigo 33. Através da lei 9.475, iniciou-se um processo em que vários estados da federação elaboraram legislações para programar as disciplinas nas diferentes regiões do país. O final do século XX e os primeiros anos do século XXI foram marcados por amplas discussões com relação a “como” viabilizar a disciplina, contexto que recebeu contribuições por meio de eventos, artigos, livros sobre a difusão da nova proposta para o território brasileiro.

Durante a segunda metade da primeira década do século XXI, algumas diretrizes para orientar a educação brasileira são homologadas com interferência na formação de Professores e do sistema de ensino. Exemplo disso é a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura e que remete ao Ensino Religioso. No Art. 4º, está indicado que a ação docente deve participar na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (CNE/CP N° 1, de 15 de maio de 2006).

Na primeira década do século XXI, a preocupação em estabelecer o perfil pedagógico – ou ainda o objetivo do ensino religioso – exigiu ampliação dos estudos e das pesquisas, assim como a busca de uma ciência de referência. Ao longo de cinco anos (2006 a 2010), foram publicados 82 artigos em periódicos científicos. Destaca-se que, no ano de 2010, o documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) confirmou a necessidade de se considerar a diversidade étnico-cultural brasileira, destacando a importância da “democratização do acesso, da permanência e [do] sucesso escolar, em todos os níveis e modalidades de educação, como instrumentos na construção da qualidade social da educação como direito social”, através do estudo/aprofundamento da política de educação ambiental, estudo de línguas, história da África e culturas afro-brasileiras (LEI n. 10.639, alterada para n. 11.645/08), cultura indígena, diversidade étnico-racial, religiosa, orientação sexual e direitos humanos. (Brasil, 2010, p. 91)

Dadas a importância da Educação Religiosa e a sua diversidade para a formação do povo brasileiro, o CONAE trata da temática, indicando as seguintes ações como:

a) Inserir, no Programa Nacional do Livro Didático, de maneira explícita, a orientação para introdução da diversidade cultural-religiosa. b) Desenvolver e ampliar programas de formação inicial e continuada sobre diversidade cultural-religiosa, visando superar preconceitos, discriminação, assegurando que a escola seja um espaço pedagógico laico para todos, de forma a garantir a compreensão da formação da identidade brasileira. c) Inserir os estudos de diversidade cultural-religiosa no currículo das licenciaturas. d) Ampliar os editais voltados para pesquisa sobre a educação da diversidade cultural-religiosa, dotando-os de financiamento. e) Garantir que o ensino público se pautar na laicidade, sem privilegiar rituais típicos de determinadas religiões (rezas, orações, gestos), que acabam por dificultar a afirmação, respeito e conhecimento de que a pluralidade religiosa é um direito assegurado na Carta Magna Brasileira (CONAE, MEC, 2010, p. 163).

O ano de 2010 foi profícuo para a Educação em geral e para o Ensino Religioso em especial, pois a Resolução CNE/CEB N° 07/2010 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, estabelecendo o Ensino Religioso como componente curricular obrigatório. Nesta resolução, o Ensino

Religioso deve ser articulado junto aos outros componentes curriculares e áreas de conhecimento, conectando “saberes significativos que afetam a vida humana em escala global, regional e local, bem como na esfera individual”, é incluído como uma categoria além das: I – Linguagens; II – Matemática; III – Ciências da Natureza; IV – Ciências Humanas (Res. CNE/CEB 7/2010, Art. 15 e 16). Em julho do mesmo ano, foi aprovada a Resolução nº 4 que definiu Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e que, entre outras providências, prevê o Ensino Religioso integrando a base comum.

Finalmente, no período de 2011 a 2015, a ampliação de pesquisas e a constatação das Ciências da Religião como disciplina de referência, além do acréscimo de cursos de licenciatura e da consolidação de grupos de trabalho nos principais eventos da área de Teologia e Ciências da Religião, apoiaram o trabalho de diferentes pesquisadores, possibilitando o registro de 176 artigos em periódicos científicos.

Como elemento de promoção dessa área de estudo, destaca-se que o artigo 9 da Resolução Nº 3, de 16 de maio 2012 – a qual definiu diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância –, em seu parágrafo 2º, orienta que o atendimento socioeducacional ofertado pelas escolas e programas educacionais deve garantir o respeito às particularidades culturais, regionais, religiosas, étnicas e raciais dos estudantes em situação de itinerância, bem como o tratamento pedagógico, ético e não discriminatório, na forma da lei.

Em 30 de maio de 2012, publica-se a Resolução nº 1, que Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. O documento apresenta como finalidade “promover a educação para a mudança e a transformação social”, e tem seus fundamentos nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e ainda VII - sustentabilidade socioambiental. O destaque quanto à alínea IV, que indica a laicidade do Estado, também converge para o que a lei indica que se pratique no Ensino Religioso na Educação Básica e Pública.

Também de 2012 é a Resolução nº 5, de 22 de junho, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. No art. 5º orienta-se que na “organização da escola indígena deverá ser considerada a

participação de representantes da comunidade, na definição do modelo de organização e gestão” para que se respeitem, entre outras coisas, suas práticas socioculturais, religiosas e econômicas. E isso também positiva as pesquisas e as práticas dos professores de Ensino Religioso que incluem as religiões indígenas em seu planejamento e, conseqüentemente, na forma de nossas crianças e jovens.

De forma semelhante, a Resolução nº 8, de 20 de novembro do mesmo ano, busca estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, orienta que se considere a liberdade religiosa como princípio tríplice para formação. Os princípios jurídico, pedagógico e político devem “a) superar preconceitos em relação às práticas religiosas e culturais das comunidades quilombolas, quer sejam elas religiões de matriz africana ou não; e b) proibir toda e qualquer prática de proselitismo religioso nas escolas”. Isso é consonante aos princípios exarados para o Ensino Religioso.

Atender a lei com relação às particularidades religiosas, tanto das populações itinerantes, indígenas ou quilombolas, impõe-se como um desafio que só pode ser alcançado por posturas dialógicas, fenomenológicas e inter-religiosas – que são aquelas perseguidas e que os docentes do Ensino Religioso devem se propor a assumir -. Existem ainda inúmeros documentos tramitando na Câmara Legislativa a respeito do Ensino Religioso e, portanto, sendo alvo de considerações e pareceres com os quais a Educação brasileira e toda sua complexidade urgem estar em sintonia. O último fato a ser destacado é a publicação da Base Nacional Comum Curricular que poderá interferir em um novo processo histórico e gerar novas pesquisas e textos científicos (2015).

3. Critérios de compreensão da produção em artigos em periódicos científicos

Reunir e analisar os materiais publicados com relação ao Ensino Religioso produziram alguns entendimentos que se encontram demonstradas abaixo. As conclusões, a partir desse material, devem permear a produção da área, sanando dúvidas e diminuindo a distância entre o operacionalizado e o publicizado.

Dessa forma, as publicações ao longo do período de 1931 a 2015, em certa medida, conquistaram o reconhecimento da comunidade científica, já que atenderam ao processo ao qual se expõe o pesquisador de buscar espaço para

publicação, em veículos que sejam bem avaliados por órgãos reguladores e indexadores, para a submissão do artigo. A busca pelas revistas melhor avaliadas pelos órgãos reguladores apresenta certa limitação com relação aos novos pesquisadores, tendo em vista o interesse de pesquisadores renomados elas mesmas.

Existem periódicos impressos e aqueles que são disponibilizados em meio eletrônico que proporcionam a ampliação da audiência, o compartilhar das conclusões das pesquisas, aumentando a visibilidade da ciência, inclusive a públicos não especializados, ampliando as possibilidades tanto da comunicação quanto da divulgação científica.

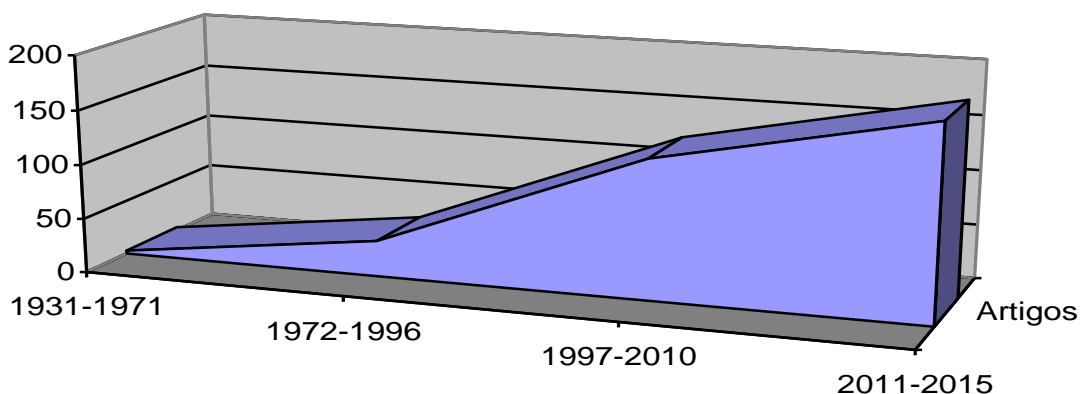
O estudo foi organizado a partir dos seguintes critérios:

- distribuição cronológica;
- áreas dos periódicos;
- autores;
- conteúdo dos artigos.

3.1. Distribuição cronológica

Ao longo de 84 anos, localizamos a produção de artigos em 33 anos nesse período, somente a partir de 2001 é que identificamos a sequência de quinze anos de publicações.

Gráfico 01 - Cronologia



Fonte: Do autor – 2016

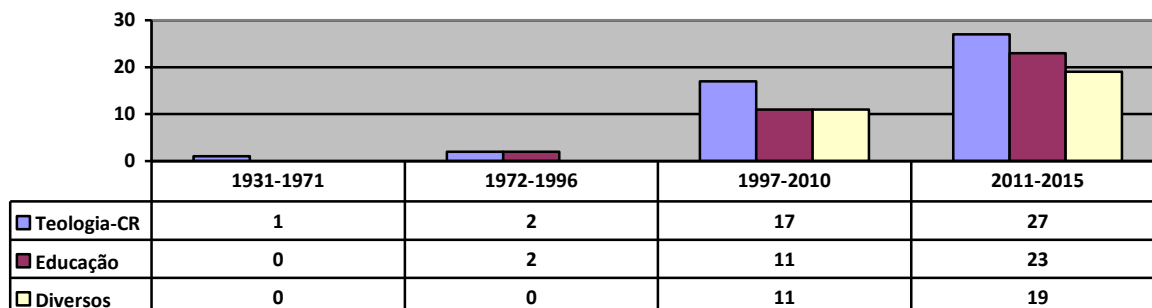
Quadro 01 – Cronologia

Período	Artigos	Período	Artigos
1931-1971	03	1941	01
		1942	01
		1947	01
1972-1996	33	1978	01
		1979	01
		1980	01
		1983	02
		1984	05
		1985	01
		1988	05
		1989	05
		1990	01
		1991	02
		1992	01
		1993	07
		1996	01
1997-2010	127	1998	02
		1999	01
		2001	02
		2002	04
		2003	09
		2004	15
		2005	12
		2006	20
		2007	13
		2008	11
		2009	14
		2010	24
		2011-2015	177
2012	37		
2013	45		
2014	40		
2015	36		
84 anos	340 artigos		

Fonte: Do autor – 2016

3.2. Área dos periódicos

Entre as 96 revistas localizadas, percebe-se ampliação da publicação em periódicos na área de Teologia ou/e Ciências da Religião (1-2-17-26), assim como no campo da Educação (0-2-11-23). Entre as revistas, as três com maior incidência são Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor (Curitiba/PR); Estudos Teológicos (São Leopoldo/RS); Rever: Estudos de religião (São Paulo/SP).

Gráfico 02 – Distribuição de Periódicos

Fonte: Do autor – 2016

Quadro 02 – Distribuição dos periódicos

Período	Periódicos	
1931-1971	REB	01
1972-1996	Educação da AEC	08
	REB	01
	Revista Brasileira de Educação	01
	Revista de Catequese	23
1997-2010	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor	10
	Estudos Teológicos	08
	Rever: Revista de Estudos da Religião	08
	Horizonte	06
	Revista Religião & Cultura	06
	Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura	04
	Interações – Cultura e comunidade	03
	Revista do Núcleo de Estudo da Religião - NER	03
	Ciências da Religião – História e Sociedade	02
	Caminhos	01
	Numen: revista de estudos e pesquisa da religião	01
	Plures - Humanidades	01
	Revista Brasileira de História das Religiões	01
	Revista da UNICLAR	01
	Revista de Catequese	01
	Teocomunicação	01
	Último Andar	01
	Diálogo Educacional	14
	Revista de Educação da AEC	12
	Revista Educação em Movimento	12
	Caderno de Pesquisa	05
	Educação e Sociedade	02
	Revista Brasileira de Educação	02
	Cad. Cedes	01
	Educere – Revista da Educação	01
	Norte científico	01
	Revista de Educação CEAP	01
Revista Educação em Questão	01	
Revista Contemporânea	06	
Domus on line: rev. Teor. pol. soc.	01	
Fragmentos de Cultura	01	

Período	Periódicos	
	História: Questões & Debates	01
	Horizontes Antropológicos	01
	Psicologia: Teoria e Pesquisa	01
	Rev. Direito	01
	Revista da Católica	01
	Revista de Antropologia	01
	Revista de História e Estudos Culturais	01
	Revista Mirandum	01
2011-2015	Rev. Pistis Prax., Teol. Pastor	20
	Rever: Estudos de religião	12
	Numen: revista de estudos e pesquisa da religião	10
	Notandum CEMOrOC-Feusp	09
	Relegens Thréskeia: estudos e pesquisa em religião	09
	Revista Teias	07
	Interações: cultura e comunidade	07
	Ciberteologia - Revista de Teologia & Cultura	06
	Horizonte	05
	Reflexus	05
	UNITAS - Revista Eletrônica de Teologia e Ciências da Religião	06
	Identidade	04
	Revista de teologia e Ciências da Religião da UNICAP	04
	Revista Religare (UFPB)	04
	Ciências da Religião – história e sociedade	03
	Protestantismo em Revista	03
	Caderno de Estudo e Pesquisa de Turismo	02
	Khóra – Revista Interdisciplinar do ESPAZO/NESAP-FIC/FEUC	02
	Reflexão e Ação	02
	Educação e Sociedade	02
	Educação Temático Digital - UNICAMP	02
	Ensaio Pedagógico – Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET	02
	Revista Eventos Pedagógicos	02
	Revista Reflexão e Ação	02
	Caminhos	02
	Paralellus: Revista Eletrônica em Ciências da Religião	02
	REB	02
	Teocomunicação	02
	Acta Científica	01
	Acta Scientiarum. Language and Culture	01
	Civitas	01
	Diálogo das Letras	01
	Fundamento – Ver. De Pesquisa em Filosofia	01
	Interdisciplinar	01
	Lex Humanas	01
	PROPOSIÇÕES	01
	Revista Eletrônica do Mestre em Direito da UFAL	01
	Revista Espaço e Cultura	01
	Revista Estudos Amazônicos	01
	Revista Ética e Filosofia Política	01
Revista interdisciplinar E-FAPPES	01	
Revista Maiêutica	01	
Revista Philologus	01	
Caderno Intersaberes	01	

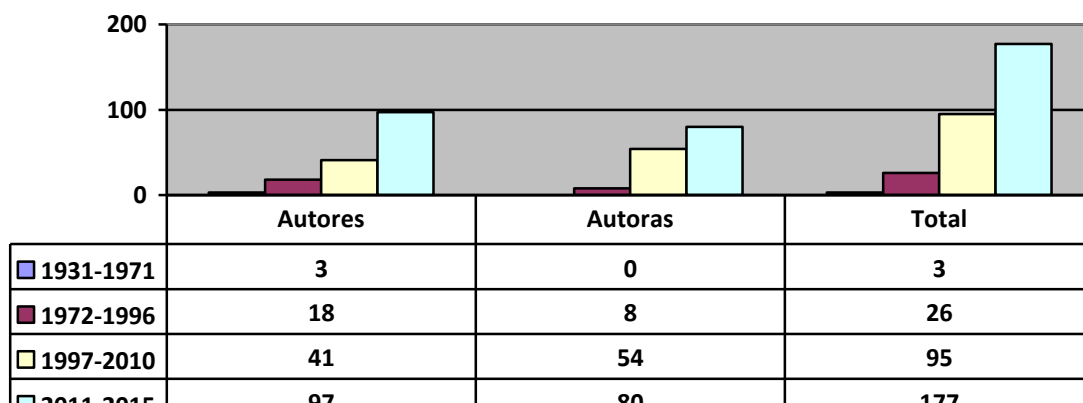
Período	Periódicos	
	CEAP	01
	Educação e Pesquisa	01
	Espaço do Currículo	01
	Formação Docente: revista brasileira de pesquisa sobre formação docente	01
	Rev. Eletrônica Pesquiseduca,	01
	Rev. Mal-Estar e Sociedade (EDU-UEMG)	01
	Revista – E- FAPPES	01
	Revista CAMINE: Caminhos da Educação	01
	Revista Cesumar: Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	01
	Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade	01
	Revista da Graduação	01
	Revista da Pós-Graduação Newton Paiva	01
	Revista Diálogos: pesquisa em extensão universitária	01
	Revista Educação Pública	01
	Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery	01
	Revista Eletrônica de Educação de Alagoas	01
	Ciencias Sociales y Religión/ Ciências Sociais e Religião	01
	Diversidade Religiosa	01
	Estudos Teológicos	01
	Plures Humanidades	01
	Sacrilegens	01
	Ultimo Andar	01
	Vida Pastoral	01
	Vox Faifae: Revista de Teologia da Faculdade FAIFA	01

Fonte: Do autor – 2016

3.3. Autores

Nos dois primeiros períodos deste estudo (1931 a 1971 e 1972 a 1996), foram identificados, entre os autores com maior incidência de produção de artigos em periódicos, autores com formação teológica seminarística: Valdomiro Pires Martins (01); Paul Tochwicr; (01) Álvaro Negromonte (01); Vital Wilderink (04); Francisco Catão (03); Wolfgang Gruen (03); Israel José Nery (02); Ivo Loscheiter (02). Porém, nos dois períodos mais recentes (1997 a 2010 e 2011 a 2015), todos os autores estão vinculados ao espaço acadêmico e não estão relacionados ambientes religiosos: Sérgio Junqueira (63); Edile Rodrigues (12); Luiz Antonio Cunha (11); Remi Klein (05); Aurenea Maria de Oliveira (04); Claudino Gilz (04); Emerli Schlogl (04); Lidia Kadlubitski (04); Lilian de Oliveira (04); Luiz Alberto Alves (04); Lurdes Caron (04); e Robson Stigar (04).

Esta alteração no perfil dos autores e dos temas é fundamental para compreender o movimento do Ensino Religioso no processo de escolarização para a disciplina. É importante destacar que os autores estão concentrados no Paraná (54), em São Paulo (36) e no Rio Grande do Sul (27).

Gráfico 03 – Distribuição dos autores

Fonte: Do autor – 2016

Quadro 03 – Distribuição dos autores

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Ademildo Kuhn	Especialista	Tocantins	00	00	01	00
Afonso Maria Ligorio Soares	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	02	01
Alan Nickerson Alves	SEM INFORMAÇÃO (SF)	SF	00	00	00	01
Alberes de Siqueira Cavalcanti	Doutor	Pará	00	00	00	01
Alberto da Silva Moreira	Doutor Professor Universitário	Goiás	00	00	01	00
Alberto Ramos	SF	SF	00	01	00	00
Alessandro Cesar Bigheto	Mestre	São Paulo	00	00	02	01
Allan do Carmo Silva	Mestre	Rio de Janeiro	00	00	00	01
Alonso S. Gonçalves	SF	SF	00	00	00	01
Álvaro Negromente	Padre	SF	01	00	00	00
Amanda André de Mendonça	Mestre	Rio de Janeiro	00	00	00	01
Amurabi Pereira de Oliveira	Doutor Professor Universitário	Santa Catarina	00	00	00	02
Ana Lúcia Damascena	Doutor Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	00	01
Ana Maria Gonçalves	SF	SF	00	00	00	01
Ana Marie Cavaliere	SF	SF	00	00	02	00

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Ana Paula Mendes de Miranda	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	00	01
André Luiz Fasting	SF	SF	00	00	00	01
Andréa Cristina Brandão Teixeira	SF	SF	00	00	00	01
Angela Maria Ribeiro Holanda	Especialista	Alagoas	00	00	03	01
Angelita Correa de Oliveira	SF	SF	00	00	00	01
Anísia de Paulo Figueiredo	Doutor	Minas Gerais	00	00	02	00
Antonio Boeing	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	01	00
Antonio Carlos Ribeiro	SF	SF	00	00	00	01
Araceli Sobreira Benevides	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Norte	00	00	00	01
Aurenêna Maria de Oliveira	Doutor Professor Universitário	Pernambuco	00	00	00	04
Bárbara Raquel do Prado Gimenez Corrêa	Mestre Professor Universitário	Paraná	00	00	01	00
Bóris Maia e Silva	Mestre	Rio de Janeiro	00	00	00	02
Bruno Luciano de Paiva Silva	Mestre Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	00	01
Bruno Sampaio Garrido	Mestre	São Paulo	00	00	00	01
Carlos Alberico Leite Queiroz	Especialista	Pernambuco	00	00	00	01
Carlos André Cavalcanti	Doutor Professor Universitário	Paraíba	00	00	00	01
Carlos Henrique Carrilho Crus	SF	Rio de Janeiro	00	01	00	00
Carlos Roberto Jamil Cury	Outro Professor Universitário	Minas Gerais	00	01	01	00
Carolina do Rocio Nizer	Especialista	Paraná	00	00	00	02
Célia Smarjassi	Doutor	São Paulo	00	00	00	02
Célio Borja	SF	SF	00	00	01	00
Celma Christina Cruz da Rocha	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	01	00
Cesar Ranquetat Junior	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	02	00

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Cêzar de Alencar Arnault de Toledo	SF	SF	00	00	00	01
Cezar Luís Seibt	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
Christiano Ricardo dos Santos	Mestre Professor Universitário	Amapá	00	00	00	01
Cidéli Dias Lucena	SF	SF	00	00	00	01
Cláudia Barbosa	SF	SF	00	00	00	01
Cláudia Kluck	Mestre	Paraná	00	00	00	01
Cláudia Regina Tavares Cardoso Adkins	Mestre	Paraná	00	00	03	00
Claudino Gilz	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	04	01
Claudio Santana Pimentel	Doutor	São Paulo	00	00	00	01
Clara Barbosa Cunha	Mestre	Minas Gerais	00	00	00	01
Cristiano Sant'Anna de Medeiros	SF	SF	00	00	00	01
Daniel Nunes Pecego	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	00	01
Daniela dos Santos Rezende	SF	SF	00	00	00	01
Daniela Patti do Amaral	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	01	00
Daniela Viana Leal	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	01	00
David Mesquiati de Oliveira	Doutor Professor Universitário	Espírito Santo	00	00	00	01
Debora Diniz	Doutor Professor Universitário	Distrito Federal	00	00	01	00
Debora Nascimento Teófilo	Mestre	Paraná	00	00	00	02
Débora Toniolo Rau	Especialista	Paraná	00	00	01	00
Devison Amorim Nascimento	Especialista	Pará	00	00	00	01
Deyve Redyson Melo dos Santos	Doutor Professor Universitário	Paraíba	00	00	00	01
Dilmeire Sant'Anna Ramos Vosgerau	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	01	00
Diná Raquel Daudt da Costa	Especialista	Paraná	00	00	00	01

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Dirceu Vieira	SF	SF	00	00	00	02
Domenico Costella	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	01	00
Donizete Pessi	SF	SF	00	00	00	01
Dora Incontri	Doutor	São Paulo	00	00	02	01
Doracy Rocha Lopes	SF	SF	00	00	00	01
Douglas Cabral Dantas	Doutor Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	01	00
Douglas Jeferson Menslin	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	01	00
Drance Eílias da Silva	SF	SF	00	00	00	01
Edelza Helena Bosetti Santiago	SF	SF	00	00	00	01
Edile Maria Fracaro Rodrigues	Mestre Professor Universitário	Paraná	00	00	07	05
Edivaldo José Bortoleto	Doutor Professor Universitário	Santa Catarina	00	00	00	01
Edlaine de Campos Gomes	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	01	00
Edna da Silva	SF	SF	00	00	00	01
Ednilson Turozi de Oliveira	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	01	
Edson Ponick	Doutor	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
Eduardo Gross	Doutor Professor Universitário	Sergipe	00	00	00	01
Elenilda do R. da Costa	SF	SF	00	00	00	01
Elí Benincá	SF	Rio Grande do Sul	00	01	00	00
Eliane Aparecida Lunardon	Mestre	Paraná	00	00	00	01
Eliane Maura Littig Milhomem de Freitas	Mestre	Espírito Santo	00	00	00	02
Elisa Rodrigues	Doutor Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	00	03
Elivaldo Serrão Custódio	MESTRE	Amapá	00	00	00	02
Elizabeth Cristina Carassai Hernandes	Especialista	Paraná	00	00	00	01
Elocir Aparecida Corrêa Pires	Graduado	Paraná	00	00	00	01

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Elói Santos Corrêa	Especialista	Paraná	00	00	00	01
Emerli Schlogl	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	00	01
Emerson Giumbelli	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	03	01
Eneida Gomes Zabatieiro	SF	SF	00	00	00	01
Erlei Antonio Vieira	Mestre Professor Universitário	Paraná	00	00	03	00
Ermeli Schlögl	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	04	00
Eugenia da Luz Silva Foster	Doutor Professor Universitário	Amapá	00	00	00	01
Eulálio Avelino Pereira Figueira	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	01	01
Eunice Simões Lins Gomes	Doutor Professor Universitário	Paraíba	00	00	00	02
Evaldo Luis Pauly	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	01	
Evandro Francisco Marques Vargas	MESTRE	Rio de Janeiro	00	00	00	02
Fábio Lustosa Ferreira	MESTRE	Paraná	00	00	00	01
Fábio Medeiros Cordeiro	MESTRE	Pernambuco	00	00	00	01
Faustino Luiz Couto Teixeira	DOUTOR PROFESSOR UNIVERSITARIO	Minas Gerais	00	00	00	01
Fernanda Nascimento dos Santos	SF	SF	00	00	00	01
Fernando Catarino	Mestre Professor Universitário	Portugal	00	00	00	01
Fernando Seffner	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
Flávio Paes Barreto Carvalho	Mestre	Amazonas	00	00	00	01
Francisco Catão	Doutor	São Paulo	00	03	01	
Franciso Luiz de Carvalho Dayse Karoline de Carvalho	SF	SF	00	00	00	01

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Frederico Pieper Pires	Doutor Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	00	01
Gandhy Piorki Aires	SF	SF	00	00	00	01
Geraldo Eustáquio Moreira	Doutor Professor Universitário	Distrito Federal	00	00	00	01
Geraldo José de Paiva	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	01	00
Gilbraz Aragão	Doutor Professor Universitário	Pernambuco	00	00	00	01
Gilson Marcos da Silva	SF	SF	00	00	01	00
Gisela Waechter Streck	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	02	01
Glauber B. de Almeida	SF	SF	00	00	00	01
Gustavo Gilson Oliveira	Doutor Professor Universitário	Pernambuco	00	00	00	01
Guy Jorge Ruffier	SF	Minas Gerais	00	01	00	00
Henri Luiz Fuchs	Mestre Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	01	00
Iglê Moura Paz Ribeiro	Doutor	Distrito Federal	00	00	00	01
Iliana Juracy de Amorim Biscaia Machado	Mestre Professor Universitário	Paraná	00	00	01	00
Iris Mathilde Boff Serbena	SF	Paraná	00	01	00	00
Irma Beatriz Araújo Kappel	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	01	00
Isaac Pinto da Silva	Mestre Professor Universitário	Bahia	00	00	00	01
Isabel Cristina Piccinelli Dissenha	Mestre	Paraná	00	00	02	00
Isabel Cristina Piccinelli Dissenha	Mestre	Paraná	00	00	00	03
Israel José Nery	SF	São Paulo	00	02	00	00
Iuri Andréas Reblin	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
Ivani Ravasoli	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	00	01

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Ivo Loscheiter	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	02	00	00
Jacira Helena do Valle Pereira	Doutor Professor Universitário	Mato Grosso do Sul	00	00	00	01
Janaina Camilo	SF	SF	00	00	01	00
Janayna de Alencar Lui	Doutor	Rio de Janeiro	00	00	02	00
Jerry Adriano Villanova Chacon	Especialista	São Paulo	00	00	00	01
João Barros	Doutor Professor Universitário	São Paulo	01	00	00	00
João Décio Passos	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	00	02
Jordanna Castelo Branco	Mestre Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	01	00
Jordanna Castelo Branco	Mestre	Rio de Janeiro	00	00	00	01
José Antonio Correa Lages	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	00	01
José Antônio Lucas Guimarães	Mestre	São Paulo	00	00	01	00
José Carlos Bertoni	Mestre	São Paulo	00	00	01	00
José Eraldo Neves Ribeiro	Mestre	Sergipe	00	00	00	01
José Geurickx	SF	Mato Grosso	00	01	00	00
José Ivo Follmann	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
José Luiz Müller	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
José Maria Baldino	Doutor Professor Universitário	Goiás	00	00	00	02
José Neivaldo de Souza	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	00	01
José Raimundo Rodrigues	SF	SF	00	00	00	01
José Vaidergorn	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	01	00
Josias Rafael Wagner	SF	SF	00	00	01	00
Juliana de Mello labor	SF	SF	00	00	01	00

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Juliana Pimentel Santos	SF	SF	00	00	00	01
Karina Kosicki Bellotti	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	01	00
Kellys Regina Rodio Saucedo	Mestre	São Paulo	00	00	00	02
Kely Cristina Enisweler	Especialista	Paraná	00	00	00	01
Kleverton Arthur de Almirante	Mestre	Alagoas	00	00	00	01
Laude Erandi Brandenburg	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	02	02
Leá Marcondes	Mestre	Paraná	00	00	01	00
Leandro Garcia Pinho	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	00	02
Leila Gasperazzo Ignatius Grassi	Doutor	São Paulo	00	00	00	01
Léo Marcelo Plantes Machado	Mestre	Paraná	00	00	02	00
Leonardo Barros Medeiros	Mestre Professor Universitário	Portugal	00	00	00	01
Letícia Araújo Rodrigues	Graduado	Espírito Santo	00	00	00	01
Lidia Kadlubitski	Mestre	Paraná	00	00	01	04
Lidiane Fatima Grützmänn Carneiro	Mestre	Paraná	00	00	01	00
Lidyane Loures de Nascimento	SF	SF	00	00	00	01
Lilian Blanck de Oliveira	Doutor Professor Universitário	Santa Catarina	00	00	04	01
Liliana C. Seehaber	Mestre	Paraná	00	00	02	00
Lindberg Clemente de Moraes	Mestre Professor Universitário	São Paulo	00	00	00	01
Lourival José Martins Filho	Doutor Professor Universitário	Santa Catarina	00	00	00	02
Luciana Helena Monsores	Mestre	Rio de Janeiro	00	00	00	01
Luis José de Oliveira Geraldés	SF	SF	00	00	01	00
Luiz Alberto Sousa Alves	Mestre Professor Universitário	Paraná	00	00	04	00
Luiz Alencar Libório	Doutor Professor Universitário	Pernambuco	00	00	00	02

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Luiz Alves de Lima	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	01	00	00
Luiz Antonio Cunha	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	06	05
Luiz Guilherme Braga	SF	SF	00	00	01	00
Luiz Henrique Rodrigues Paiva	Mestre Professor Universitário	Pernambuco	00	00	00	01
Lurdes Caron	Doutor Professor Universitário	Santa Catarina	00	01	04	02
Lurdes de Fátima Polidoro	SF	SF	00	00	03	00
Luzia Sena	Mestre	São Paulo	00	00	01	00
M. Gurgel	SF	SF	00	01	00	00
Magno Alexandre F. Moura	Doutor Professor Universitário	Pará	00	00	00	01
Manoel Ribeiro de Moraes Junior	SF	SF	00	00	00	01
Marcela da Silva Soares	SF	SF	00	00	00	01
Marcelo Andrade	Doutor Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	00	01
Marcelo Ayres Camurça	Doutor Professor Universitário	Portugal	00	00	00	01
Marcelo Máximo Purificação	SF	SF	00	00	00	02
Marcos Rodrigues da Silva	Doutor Professor Universitário	Pará	00	00	00	01
Marcos Sandrini	Doutor Professor Universitário	00	00	01	00	00
Maria Amélia Schmidt Dickie	Doutor Professor Universitário	Santa Catarina	00	0	01	00
Maria Aparecida Fernandes Viana Cunha	Especialista	Goiás	00	00	00	01
Maria Augusta de Sousa Torres	Mestre Professor Universitário	Rio Grande do Norte	00	00	00	01
Maria Auxiliadora de Oliveira Siqueira	Especialista	Mato Grosso	00	00	00	01
Maria Celina de Queirós Cabrera Nasser	Mestre	São Paulo	00	00	01	00

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Maria Efigênia Daltro Coelho	Mestre	Rio Grande do Sul	00	00	01	00
Maria Eliane Azevedo da Silva	Mestre	São Paulo	00	00	01	00
Maria José Dias Brosch	SF	SF		01	00	00
Maria Judith Sucupira da Costa Lins	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	01	00
Maria Leônida Fávero	SF	SF	00	01	00	00
Marilac Loraine da R. Oleniki	Mestre	Paraná	00	00	02	00
Marili Bassini	Mestre Professor Universitário	São Paulo	00	00	01	00
Marília De Franceschi Neto Domingos	Doutor	Ceará	00	00	01	00
Marislei de Sousa Espíndula Brasileiro	Doutor Professor Universitário	Goiás	00	00	01	00
Marlon Leandro Schock	Doutor	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
Marta Nörnberg	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
Mateus Geraldo Xavier	Doutor	Rio de Janeiro	00	00	00	01
Matheus Oliva da Costa	Mestre	Minas Gerais	00	00	00	02
Meire Cristina Falcioni Malvezzi	SF	SF	00	00	00	01
Miguel Longhi	Mestre	Paraná	00	00	01	00
Miriam Mity Nishimoto	Mestre	Mato Grosso do Sul	00	00	00	01
Mirinalda Santos	Mestre	Paraíba	00	00	00	01
Nemerite dos Santos Bezerra	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Norte	00	00	00	01
Neuza Alves Nascimento	SF	SF	00	00	01	00
Patrícia Corsino	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	01	00
Patrícia de Oliveira Plácido	Mestre	Rio de Janeiro	00	00	00	02
Paul Tochwicr	Padre	SF	01	00	00	00
Paulo Agostinho Nogueira Batista	Doutor Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	00	01

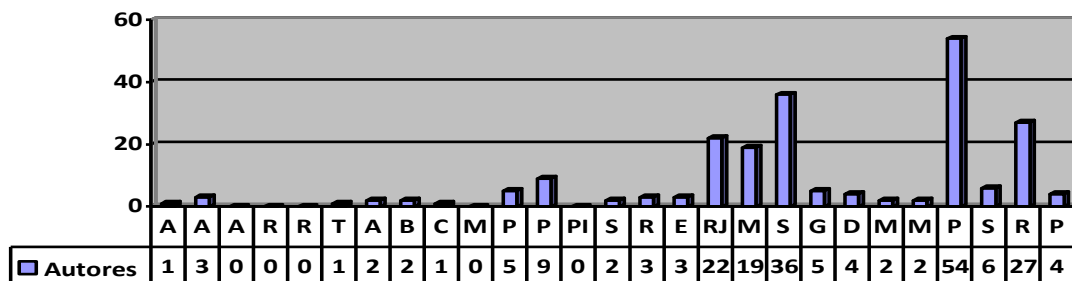
Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Pedro Castanheira Freitas	Especialista	Rio de Janeiro	00	00	00	01
Pedro Teixeira	SF	SF	00	00	00	01
Péricles Moraes de Andrade Junior	SF	SF	00	00	00	02
Pia Clara	SF	SF	00	01	00	00
Pio Milpacher	SF	SF	00	01	00	00
Rachel de Moraes Borges Perobelli	Mestre Professor Universitário	Paraná	00	00	02	02
Raimundo Márcio Mota de Castro	Doutor Professor Universitário	Goiás	00	00	00	02
Raimundo Ricardo Sobrinho	Especialista	Pernambuco	00	01	00	00
Raquel Adriano Momm Maciel de Camargo	Especialista	Paraná	00	00	00	01
Remí Klein	Doutor Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	03	05
Renan Bulsing dos Santos	Mestre Professor Universitário	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
Rita de Cássia da Silva Oliveira	SF	SF	00	00	00	01
Rivael de Jesus Nascimento	Mestre	Paraná	00	00	00	01
Robson Mauricio Ghedine	Mestre	Paraná	00	00	00	01
Robson Stigar	Mestre	Paraná	00	00	04	03
Rodrigo Augusto de Souza	SF	SF	00	00	00	02
Rodrigo Oliveira dos Santos	Mestre	Pará	00	00	00	01
Rosa Gitana Krob Meneghetti	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	00	01
Rosa Lydia Teixeira Corrêa	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	01	00
Rosamaria Calaes de Andrade	SF	SF	00	01	00	00
Rosane Andrade Torquato	Mestre	Paraná	00	00	01	00
Roseane do Socorro Gomes Barbosa	Mestre	São Paulo	00	00	00	01
Roseli Fischmann	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	01	02
Salvador Stragapede	SF	SF	00	01	00	00
Samuel Sampaio Castro	Graduação	Rio Grande do Sul	00	00	00	01

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Sandra de Sá Carneiro	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	01	00
Selenir Corrêa Gonçalves	Mestre	Rio Grande do Sul	00	00	00	01
Selson Garutti	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	00	01
Sergio Luis do Nascimento	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	01	02
Sérgio Rodrigues Barbosa	Mestre Professor Universitário	Paraná	00	00	02	00
Sérgio Rogerio Azevedo Junqueira	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	35	28
Silvania Maria da Silva	SF	SF	00	00	00	01
Simone Riske-Koch	Mestre Professor Universitário	Santa Catarina	00	00	01	01
Sofia Maria Alexandre	Especialista	Paraná	00	00	00	01
Sonia de Castro Lopes	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	00	01
Sonia de Itoz	Mestre	São Paulo	00	00	00	02
Sonia Maria Leite Nikitiuk	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	01	00	00
Stela Guedes Caputo	SF	SF	00	00	00	02
Sueli Martins	Mestre	Minas Gerais	00	00	00	01
Suzana dos Santos Gomes	Doutor Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	01	00
Sylvio Fausto Gil Filho	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	03	00
Taciane Terezinha Jaluska	Mestre	Paraná	00	00	00	02
Tamiris Alves Muniz	Mestre	Goiás	00	00	00	01
Teofilo Bacha Filho	SF	SF	00	00	01	00
Teresinha Motti Lima da Cruz	SF	Distrito Federal	00	01	00	00
Thiago dos Santos Molina	Mestre	Bahia	00	00	00	01
Uipirangi Franklin da Silva Câmara	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	00	01

Autor	Formação	Origem	Período - Artigos			
			1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
Valdomiro Pires Martins	Padre	SF	01	00	00	00
Vânia Claudia Fernandes	Doutor Professor Universitário	Rio de Janeiro	00	00	00	03
Vera Lúcia do Amaral	Mestre	Paraná	00	00	01	00
Vicente Paulo Alves	Doutor Professor Universitário	Distrito Federal	00	00	01	01
Vilmar Malacarne	Doutor Professor Universitário	Paraná	00	00	00	01
Vital Wilderink	SF	Rio de Janeiro	00	04	00	00
Vitor Hugo Rinaldi Guidotti	SF	SF	00	00	00	01
Viviane Cristina Cândido	Doutor Professor Universitário	São Paulo	00	00	03	00
Viviane Mayer Daldegan	Especialista	Paraná	00	00	01	00
Wander Moreira da Costa	Doutor Professor Universitário	Minas Gerais	00	00	01	00
Wellcherline Miranda Lima	Mestre	Pernambuco	00	00	00	01
Wilian Ramos Marcos	Mestre	Minas Gerais	00	00	00	01
Wolfgang Gruen	SF	Minas Gerais	00	03	01	00

Fonte: Do autor – 2016

Gráfico 04 – Distribuição geográfica dos autores



Fonte: Do autor – 2016

3.4. Conteúdo dos artigos

A compreensão dos temas desenvolvidos nos artigos nos permite verificar o percurso de construção do ensino religioso no cenário brasileiro.

Quadro 04 – Distribuição dos conteúdos

Variáveis	1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
História, Concepções e Legislação	- Instrução Religiosa (catecismo)	- Natureza do Ensino Religioso - Aspectos Legais - Diferença entre Catequese e Ensino Religioso - Contexto da escola pública Modelos de ensino religioso: confessional Interconfessional Interreligioso - Contexto da história e das leis	- Atual LDB - Concordata Brasil-Vaticano - Contexto da laicidade - Ciência das religiões como disciplina - Referencial Aspectos legislativos - Epistemológicas novo modelo de Cidadania - Fenômeno Religioso - Modelos teóricos - Escolarização do Ensino Religioso	- Produção de conhecimento - Ciência como referência - Análise jurídico-constitucional - Secularização e Laicidade - Área de conhecimento - Epistemológicas
Didática e Recursos		- Currículo - Interdisciplinaridade - Metodologia - Parâmetros Curriculares Nacionais - Projeto Educativo	- Avaliação - Adolescentes - Projeto didático - Rito cristão - Ética no ensino fundamental: - A Transposição Didática - Festas e as tradições - Desenvolvimento integral da pessoa - Disciplina escolar - Perspectivas discentes - Arte/espiritualidade	- Livros de ensino religioso - Literatura - Arte e educação - Espaço Sagrado - Autonomia - Metodologia e a didática - Processo educativo-religioso - Base Nacional Comum Curricular

Variáveis	1931-1971	1972-1996	1997-2010	2011-2015
			<ul style="list-style-type: none"> - Livros didáticos - Projeto Político Pedagógico - Questão paradigmática 	
Formação		<ul style="list-style-type: none"> - Problemas do professor 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de educadores professor-leitor - Capacitação Descentralizada - Formação do professor - Cursos de especialização - Cidadania - Ensinar ou formar - Histórico da formação 	<ul style="list-style-type: none"> - Formação inicial - Formação e avaliação - Cursos de Pedagogia
Diversidade		<ul style="list-style-type: none"> - Pluralismo religioso - Deficientes Auditivos 	<ul style="list-style-type: none"> - Tolerância - Diversidade religiosa - Eventos Acadêmicos - Expressões culturais e religiosas - Diálogo inter-religioso - Deliberação 03/2002 – Paraná GRERE 	<ul style="list-style-type: none"> - Gênero e orientação sexual - Pluralismo e alteridade - Afro-brasileira - LGBTT - Diversidade religiosa
Regionalização	- ASSINTEC	<ul style="list-style-type: none"> - Estatuto Pastoral - 4º Encontro Nacional - Rio de Janeiro 	<ul style="list-style-type: none"> - São Paulo - Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso - Ano Brasileiro do Ensino Religioso - Pluralismo religioso, - Sexualidade e experiência religiosa entre estudantes - Redescobrimo o universo religioso 	<ul style="list-style-type: none"> - Rio de Janeiro - Alagoas - Distrito Federal - Minas Gerais - Regionalização do estudo - Mato Grosso do Sul - História da CNB

Fonte: Do autor – 2016

Considerações finais

A produção dos artigos, ao longo dos 84 anos, iniciou-se com os primeiros textos sobre o papel hegemônico da Igreja no campo da educação religiosa (1º período), em seguida, a discussão sobre a escolarização da disciplina nos sistemas de ensino, como passo inicial, foi à categorização da distinção entre o ensino religioso e a catequese. Como no percurso histórico a disciplina sempre esteve envolvida com articulação jurídica, teremos muitos textos no campo dos estudos legislativos. Outro elemento de destaque, com certeza, é o aspecto da conquista da estruturação da natureza deste componente curricular (2º período). Posteriormente, com a reforma do artigo sobre o ensino religioso na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, foi confirmada a possibilidade de uma disciplina com perspectiva da cultura, e não da leitura doutrinal, explicitando estudos de vinculação pedagógica e da Ciência da Religião (3º período).

A articulação da Ciência da Religião como ciência da referência e a compreensão da construção do conhecimento junto à discussão sobre a laicidade do país motivaram a produção de diferentes estudos que resultaram em artigos (4º período). Efetivamente no campo sobre a História, concepções e legislação que são, com certeza, o maior núcleo temático dos artigos, evidenciam a preocupação em estabelecer a história e as concepções do ensino religioso, especialmente para responder às constantes críticas dos opositores à disciplina.

Um segundo núcleo que está sendo ampliado está envolto no campo da Didática/Metodologia e Recursos. A partir do segundo período, com a escolarização do ensino religioso, ocorreu a produção de estudos no campo da aplicação de aspectos pedagógicos, como os temas do currículo, do perfil da metodologia, da interdisciplinaridade. A questão da confessionalidade, da Pastoral ainda está vinculada à questão do ensino religioso. Porém, nos dois últimos períodos (terceiro e quarto), a discussão sobre os livros didáticos, sobre a avaliação, sobre a organização de conteúdos, sobre os parâmetros curriculares e, mais recentemente, sobre a Base Nacional Comum Curricular está favorecendo estudos significados.

O terceiro núcleo, que é o da formação inicial e continuada dos professores que atuam com a disciplina, é proposto a partir do segundo período, pois, em decorrência da aproximação da disciplina de uma identidade pedagógica, percebeu-se a exigência de compreender o processo formador dos envolvidos.

Outra consequência dessa leitura escolar são os temas transversais para diálogo entre o ensino religioso e os temas vinculados à diversidade: étnico-racial, gênero e orientação sexual, pluralidade cultural religiosa, especialmente no terceiro e no quarto períodos, os quais coincidem com abertura dos cursos de formação de professores em diferentes regiões do país.

Outra consequência da identidade pedagógica a partir do sistema escolar foi a necessidade de compreender a relação do ensino religioso com os temas transversais, tal qual a questão étnico-racial, de gênero e de orientação sexual, de meio ambiente, de indivíduos com deficiência, no contexto da pluralidade cultural e religiosa. Os artigos envolvendo tais temáticas são difusos, porém ampliaram sua produção com destaque para a última década (2005-2015).

Finalmente, nota-se um núcleo denominado de regionalização. Progressivamente, os pesquisadores perceberam que, para compreender o ensino religioso na perspectiva nacional, é necessário estabelecer o processo regional (estadual, municipal ou institucional). Esses temas estabelecem uma leitura escolar visando à consolidação do Ensino Religioso como componente curricular em um Estado laico, valorizando a pluralidade cultural e o vínculo dessa disciplina curricular com as Ciências da Religião, a qual tem orientado os textos dos pesquisadores.

Referências Bibliográficas

- BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/96*, Rio de Janeiro, Qualitymark, 1997.
- BRASIL. Lei n. 10.639. *Obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira"*. Presidência da República: Brasília, 2003.
- BRASIL. *Lei N. 4.024 (20 de dezembro)*. Brasília: Senado Federal, 1961.
- BREJON, Moysés. *Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus*. São Paulo: Pioneira, 1986.
- CARNEIRO, Moacir. *LDB – leitura crítico compreensiva artigo a artigo*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CARON, Lurdes. *O Ensino Religioso na nova LDB*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- CONFERENZA EPISCOPALE ITALIANA, *Catechismo per la vita cristiana 2/ Il Catechismo dei Bambini*, Roma, Edizioni Conferenza Episcopale Italiana, 1973.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *CNE/CEB N° 07/2010 instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Distrito Federal: CNE, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010*. Brasília: CNE, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução nº 5 (Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica)*. Distrito Federal: CNE, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução nº 8 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica)*. Distrito Federal: CNE, 2012.

GOVERNO FEDERAL. *Lei No 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em: 30 nov. 2015.

GRUEN, Wolfgang. *O Ensino Religioso na escola pública*, Belo Horizonte, Mimeo, 1974.

IMPÉRIO DO BRASIL, *Documentos complementares do Império do Brasil (15 outubro 1827)*, in: P. BONAVIDES – R. AMARAL, *Textos Políticos da História do Brasil*, Vol. I, Brasília, Senado Federal, 1996.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério. *O processo de escolarização do ensino religioso*. Petrópolis: Vozes: 2002

RIBEIRO, Maria Luiza. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2010.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 9ª ed. 1978.

Legislações

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Documento Final da Conferência Nacional de Educação*. MEC: Brasília, 2010.

MOTTA, Elias de Oliveira. *Direito Educacional – Educação no século XXI*. São Paulo: UNESCO, 1997,

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DOS BRASIL, *Constituição dos Estados Unidos do Brasil (10 novembro 1937)*, in: P. BONAVIDES – R. AMARAL, *Textos Políticos da História do Brasil*, Vol. IX, Brasília, Senado Federal, 1996.

Recebido em 16/07/2016, revisado em 10/10/2016, aceito para publicação em 27/10/2017.